

A FONOLOGIA DO TUPINAMBÁ E O PRIMEIRO CAPÍTULO DA GRAMÁTICA DE ANCHIETA: UMA ANÁLISE HISTORIOGRÁFICA

Leonardo Ferreira KALTNER¹
(UFF – Universidade Federal Fluminense)

RESUMO: A fonologia do tupinambá, descrita por José de Anchieta no século XVI, integra o campo teórico de debates da Linguística Missionária, que é estudada pela disciplina de Historiografia Linguística. As gramáticas missionárias, conceito desenvolvido por Otto Zwartjes (2011), abrangem obras produzidas entre 1550 e 1800 por missionários, sobretudo jesuítas, que registraram línguas indígenas em contextos de catequese e expansão mercantil ultramarina. A *Arte de gramática* de Anchieta é fundamental para compreender os sons do tupinambá, suas ausências fonêmicas em comparação às línguas românicas como o português, e as estratégias de transcrição ortográfica dos gramáticos quinhentistas, revelando tanto aspectos estruturais da língua quanto os objetivos práticos da missão jesuítica da época. Esse *corpus* representa um momento decisivo de contato linguístico e globalização precoce que ocorreu no contexto de colonização linguística do Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Fonologia. Língua Tupinambá. Anchieta.

THE PHONOLOGY OF TUPINAMBÁ AND THE FIRST CHAPTER OF ANCHIETA'S GRAMMAR: A HISTORIOGRAPHIC ANALYSIS

ABSTRACT: The phonology of tupinambá, described by José de Anchieta in the sixteenth century, forms part of the theoretical field of debate within Missionary Linguistics

¹ Professor Titular de Língua e Literatura Latina na Universidade Federal Fluminense (UFF) e docente do PPG em Estudos de Linguagem. É Conselheiro do CEPEX/UFF (2025-2027) e Bolsista Cientista Nosso Estado da FAPERJ. Com Doutorado e Mestrado em Culturas da Antiguidade Clássica (UFRJ), realizou estágio de pós-doutorado na UERJ. Possui forte atuação internacional como pesquisador colaborador do Centro de Estudos em Letras da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD, Portugal) e membro do projeto europeu ENEOLI (Università degli studi di Verona/Itália). Integra o projeto Capes-COFE-CUB de cooperação franco-brasileira (Université Rennes 2) e é membro fundador da Association of European Researchers in Brazil (AERB). Líder do grupo FILIC (CNPq/UFF), sua produção foca em Historiografia Linguística, Línguas Clássicas, Glotofobia e Lexicografia. E-mail: <leonardokaltner@id.uff.br >.

tics, a domain studied by the discipline of Linguistic Historiography. Missionary grammars—a concept developed by Otto Zwartjes (2011) —include works produced between 1550 and 1800 by missionaries, especially Jesuits, who documented Indigenous languages in contexts of catechesis and overseas mercantile expansion. Anchieta's *Arte de gramática* is essential for understanding the sounds of tupinambá, its phonemic absences when compared to Romance languages such as Portuguese, and the orthographic transcription strategies used by sixteenth-century grammarians. These features reveal both structural aspects of the language and the practical aims of the Jesuit mission of the period. This corpus represents a pivotal moment of linguistic contact and early globalization that unfolded in the context of Brazil's linguistic colonization.

KEYWORDS: Phonology. Tupinambá Language. Anchieta.

INTRODUÇÃO: A FONOLOGIA DO TUPINAMBÁ E A LINGUÍSTICA MISSIONÁRIA

A pesquisa historiográfica, sob os pressupostos teórico-metodológicos da disciplina de Historiografia Linguística, volta-se em uma de suas linhas de pesquisa para a Linguística Missionária, campo teórico desenvolvido exclusivamente para o estudo das gramáticas missionárias (Swiggers, 2019). O conceito de gramáticas missionárias, tradução do inglês *missionary grammars*, foi um conceito teórico derivado das obras de Otto Zwartjes, da qual destacamos a obra *Portuguese Missionary Grammars in Asia, Africa and Brazil, 1550-1800* (Zwartjes, 2011), que estabelece o cânon das gramáticas missionárias no contexto da Ásia, da África e do Brasil. Por conseguinte, essas obras são vinculadas temporalmente ao contexto histórico entre 1550 e 1800, um período em que houve grande influência intelectual de missionários da Companhia de Jesus na confecção dessas gramáticas, uma época também em que ocorria uma globalização pré-capitalista, ainda em um período de economia mercantil, graças às navegações. Nesse sentido, as línguas gramatizadas pelos missionários tinham emprego além da catequese para o comércio ultramarino em regiões de interesse econômico para os reinos europeus

que aderiam a esse comércio pelas navegações, caso dos reinos de Portugal e de Castela e do território colonial das Américas.

A Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil (Anchieta, 1595), escrita por José de Anchieta (1534-1597), um missionário jesuíta com a típica formação humanística do Renascimento, é a primeira gramática missionária escrita no contexto do Brasil, que foi integrado às rotas do comércio ultramarino após o início da colonização do território em 1534 (Kaltner, 2020). Sua redação se deu na capitania de São Vicente, na localidade de Piratininga, uma aldeia em que estava situada a comunidade indígena dos tupiniquins liderados por Tibiriçá (1470-1562) e seus descendentes, aliados aos portugueses e muito atuantes no período de chegada de Anchieta à região, o que se deu em 1554. O aprendizado da língua tupinambá por Anchieta se desenvolveu a partir de sua tarefa como missionário na região, ao buscar alfabetizar crianças indígenas, uma tarefa comum no contexto da educação humanística da Renascença. Para desenvolver um sistema de escrita para a língua tupinambá era necessário conhecer os sons da língua, uma tarefa que Anchieta desenvolveu no primeiro capítulo de sua obra (Anchieta, 1990 [1595], *fol.* 1r-2r).

Conforme Gerardi (2023), autor da obra *A Role and Reference Grammar Description of Tupinambá* (Uma gramática descritiva do papel e da referência do tupinambá), a gramática de Anchieta apresenta uma descrição da pronúncia (*orthographia* ou *pronunciação*) do tupinambá e de uma variante, o tupi(-niquim) de São Vicente, que eram as principais línguas de interesse para a sociedade colonial que então se formava, e à qual se vinculava a catequese e as primeiras escolas de ler e escrever, e de rudimentos de gramática, para crianças indígenas e mamelucas na colônia. Já a obra de Figueira (1621; 1687) não apresenta variantes:

While Anchieta (1595) acknowledges differences in pronunciation throughout the coast, Figueira (1687) is silent in this regard, perhaps because he was aware of the Jesuit's efforts to 'standardize and render closely-related Tupí-Guaraní speech forms considered the "general language of the coast" into one uniform language' (Lee 2005, 127) (see also Barros 2004). He is probably describing one already standardized and uniform language, for pedagogical and practical purposes (Zwartjes 2011, 165). His grammar was published about seventy years after Anchieta's draft had been sent for publication, When Tupinambá was already being used a lingua franca among the populations on and near the coast and in the Jesuitic mission (see Lee 2005, 50-51) (Gerardi, 2023, p. 19).

A gramática de Anchieta marca o início de uma prática letrada nas comunidades indígenas, o que integra pela "colonização linguística" (Mariani, 2004) os povos originários a um processo descrito por Auroux (1992) como as duas primeiras revoluções tecnológicas de gramatização no mundo ocidental. A primeira revolução tecnológica da gramatização, que criou o conceito de texto, deriva da passagem da obra de Homero da oralidade para a escrita, o que é datado a partir do período de Platão (428/427-348-347 a.C.), quando surgem as primeiras gramáticas vinculadas aos textos, no século V a.C. Já a segunda revolução tecnológica da gramatização ocorre no século XV, quando a metalinguagem gramatical é traduzida para línguas vernáculas que passam a adotar a escrita até os dias de hoje, como o português, o espanhol, o italiano, o francês, entre outras.

Essas duas revoluções no contexto europeu ocorreram em um período de quase dois milênios em que gradualmente as sociedades europeias foram adotando a escrita, e a gramática como forma de organizar a escrita, para constituir suas instituições e sociedades. Inicialmente em grego, depois traduzida para o latim, no século XV, a escrita chegou ao domínio das línguas vernáculas. Quando esse processo de recepção das revoluções tecnológicas de gramatização ocorreu durante a

colonização do Brasil, os povos originários saíram da oralidade para uma sociedade administrada pela escrita em apenas uma geração. Isso em um processo tão intenso, promovido por missionários na colônia, que nem mesmo houve uma mudança de língua para a adoção da escrita, optou-se à época por levar a língua indígena à escrita e promover um bilinguismo na educação de meninos.

A singularidade das gramáticas missionárias está neste fato histórico e social de que são obras escritas em um processo de missionação intercultural e de recepção da escrita em sociedades que eram organizadas pela oralidade e sua ancestralidade, isto é, são instrumentos do colonialismo, ao mesmo tempo, na perspectiva do colonizador apresentam a descrição de línguas consideradas “exóticas”, fora do padrão do latim e das línguas românicas principalmente. Há, de certo modo, uma intertextualidade entre as gramáticas missionárias, que além de comporem um morfótipo de textos específicos possuíam também uma rede de usuários bem característica: os missionários que atuavam junto ao comércio ultramarino dos séculos XVI ao XVIII e seus catecúmenos.

Essas obras eram todas desenvolvidas no modelo da “*grammaire latine étendue*” (gramática latina estendida), proposta por Auroux (1992), e se baseavam nas concepções teóricas platônicas e categorias aristotélicas de linguagem que pautaram a gramática latina. A principal oposição descritiva ocorria entre as categorias de nome e verbo, por exemplo, registrada até os dias atuais na descrição das línguas indo-europeias. Esse padrão foi universalizado como um sistema de pensamento linguístico para as línguas ditas “exóticas”, tendo como referência a gramática latina, sobretudo a gramática *De Institutione Grammatica Libri Tres* do jesuíta Manuel Álvares (1526-1583), editada diversas vezes até o século XVIII.

A metalinguagem das gramáticas missionárias não era propriamente escrita em latim, no caso das gramáticas portuguesas, a metalinguagem latina era

geralmente traduzida para a língua portuguesa, assim como as gramáticas espanholas tinham a sua metalinguagem em castelhano, sendo uma extensão das gramáticas dessas línguas. Esse bilinguismo caracterizou a gramática de Anchieta, uma obra escrita em português que descrevia a língua tupinambá, e apresentava uma característica contextual das missões religiosas que eram comunidades também bilíngues, pelo modelo de educação humanística do Renascimento.

A gramática latina, que servia de apoio para a metalinguagem em língua portuguesa e castelhana quando traduzida, era baseada sobretudo na adaptação das declinações nominais e na conjugação verbal latina para as línguas ditas “exóticas”, servindo de contraste, dado o valor de universalidade do latim no contexto ocidental como fonte da escrita. Também a sintaxe das línguas descritas por esse modelo gramatical, ou construção (construção; Anchieta, 1990 [1595], *fol.* 36r), seguia o padrão da sintaxe oracional do latim e dos casos latinos, iniciando com a relação entre nome e verbo, que constituía a sua unidade mínima, a oração afirmativa com verbo na voz ativa, um dos temas que veremos mais adiante na discussão do primeiro capítulo da gramática de Anchieta sobre os sons da língua tupinambá.

AS EDIÇÕES DE PLATZMANN E DE CARDOSO (1990) E A FONOLOGIA DO TUPINAMBÁ

Depois da edição da gramática de Anchieta pela tipografia de Coimbra em 1595, houve mais duas edições modernas da obra, uma pelo filólogo e naturalista Julius Platzmann (1832-1902), que também fez uma versão da gramática para a língua alemã, e outra edição mais recente, desenvolvida por Armando Cardoso, no contexto de edição dos *Monumenta Anchieta*, em 1990 (Anchieta, 1990 [1595]). A edição de Cardoso deriva da edição de Platzmann, que fez também o primeiro fac-símile da gramática de Anchieta, no século XIX. Mais recentemente, Fabrício Gerardi (2023) publicou uma gramática de “papel e referência” (*Role and Referen-*

ce *Grammar*) da língua tupinambá, que pode auxiliar à compreensão do modo como houve na gramática de Anchieta uma descrição dos sons da língua tupinambá, tanto pelo emprego de letras do sistema ortográfico latino quanto por seus valores fonológicos em relação à língua indígena reconstituída, o tupinambá falado propriamente dito.

A gramática de Anchieta se constitui como um primeiro testemunho sistemático da fonologia da língua tupinambá, ainda que a metalinguagem empregada para esse fim seja muito simples e mesmo ambígua. O texto gramatical é contrastivo, o que inaugura a tradição da linguística missionária no Brasil por uma gramatização embasada no latim, e reflete o esforço jesuítico de adaptar categorias gramaticais greco-latinas às estruturas de uma língua ameríndia, isto é, um esforço de assimilar e normatizar as línguas dos povos originários, e conseqüentemente, o seu pensamento. No contexto do século XVI, Anchieta descreveu a sonoridade e a articulação dos sons tupinambás a partir de uma matriz contrastiva latino-portuguesa, buscando conciliar sua observação empírica, pois aprendeu a falar a língua, com a herança da gramática europeia, a tradição humanística, já que não havia textos em tupinambá e em tupi como fontes modelares para a gramática.

Veamos a sucinta descrição de Anchieta sobre o sistema de letras da língua tupinambá: “NESTA lingoa do Brafil não ha f. l. s. z. rr. dobrado nem muta com liquida, vt cra, pra, &c. Em lugar do s. in principio, ou medio dictionis ferue, ç. com zeura, vt Açô, çatâ” (Anchieta, 1595, *fol.* 1r). Em comparação com o sistema de letras da língua portuguesa, tendo em vista que a metalinguagem de Anchieta é descrita em língua portuguesa, podemos encontrar uma chave de interpretação desse excerto, sobretudo pela intertextualidade com a *Gramática da língua portuguesa* (Barros, 1540) de João de Barros:

E dizem a mayór páрте dos istoriadores, que Nicostrata mádre de Euãdro rey dos Latinos foy inuentor destas dezaséte. A, b, c, d, e, f, g, i, l, m, n, o, p, r, s, t, u. Depois pelo tempo se acreçentáram éstas seyes: h, k, q, x, y, z. das quâes. h, tem os Latinos ser espiraçam e nam letera, e k, que sérue sómête em alguãs dições Grégas como Kyrie eleison. Séruese tâbem a nóssa linguagem dalgũas letras á maneira dos Grégos, as quâes nós te óra temos ã uóz, mas nam em figura: e sam estas á, é, ó de que trataremos no capitulo da Ortogra fia. E assy temos algũas letras dobrádas a maneira dos Hebreos: hũas pera o principio de qualqvar diçam, outras pera o meo, & outras pera o fim, E as nóssas sam estas. I, i, y, R, r, S, s, V, u. Temos mais estas tres prolações. ch, lh, nh, as quâes sam próprias da nós sa lingua: e usamos dellas em soprimento de tres letras de que nam temos figura. E assy temos esta letra. ç, que parece ser inuentada pera pronũçiaçãm Hebraica ou Mourisca: E esta figura –que é como arésta a que chamamos til: a qual os latinos tẽ, e séruenos por estas tres letras. m, ue, quando se põem sobre esta letera. q, ou sobre letera uogal. Assy que podemos dizer, termos uintatres letras em poder, & trinta e quátro em figura (Barros, 1540, *fol.* 3r-3v).

Para Barros, o sistema de letras da língua portuguesa era composto por trinta e quatro grafemas, o “rr. dobrado” de Anchieta é muito próximo às “algũas letras dobrádas” de Barros, que inclui o “r” entre estas letras, outra intertextualidade notável é o “ç”, “ç. com zeura” para Anchieta e “ç, que parece ser inuentada pera pronũçiaçãm Hebraica ou Mourisca”, para Barros. O fato de Barros ver “ç” como uma letra inventada para a transcrição de línguas semíticas sugere uma possível variação ou inovação de som do tupinambá no uso da letra, que poderia repetir sons sibilantes que não eram empregados, comumente em língua portuguesa, oscilando entre /s/, /ʃ/ e um antigo som do galego /ts/, os dois últimos ausentes do sistema fonológico latino original. O que nos parece é que a letra “c” era empregada com o som de “k”, devido à proximidade com a pronũncia erasmiana e

do *modus parisiensis* do latim, o que Anchieta demonstra nesta transcrição: “ôca, cafa, ôcipe, em cafa.” (*ok-a; oki-pe*).

A análise fonológica de Anchieta não apresenta uma autonomia, mas antes uma adaptação de um sistema já estabelecido no latim, adaptado para o português, e depois novamente adaptado para outra língua, o tupinambá. Esse contraste se dá sob o viés de dois conceitos teóricos também herdados da gramaticografia latina, os conceitos de “analogia” e de “anomalia”, derivados de Varrão (Auroux, 1992), que mesmo que não sejam citados pelo missionário jesuíta parecem ser empregados em sua descrição linguística. Dessa forma, o que é análogo entre o tupinambá e a descrição gramatical da língua portuguesa não precisa ser repetido em seu texto gramatical, mas o que é anômalo sim, por isso sua gramática não se inicia com uma afirmação, mas antes com uma negação do que falta na língua tupinambá. Essa perspectiva sugere que a gramática também buscava demonstrar o que deveria ser ensinado aos meninos indígenas para que aprendessem a falar português.

Anchieta reconhece, por exemplo, a presença de vogais orais e nasais, um fenômeno específico da fonologia tupinambá que diferencia os sons da língua indígena da língua portuguesa: “¶ Algũas partes da oraçãõ se acabãõ em til, o qual não he, m. nem, n. ainda ã na pronũciaçãõ diffirãõ pouco, vt, *Ti, Ainupã, ruã*” (Anchieta, 1595, *fol.* 1r). O mais interessante de se notar é a escolha do til para a marcação das vogais nasais, um metatermo gramatical também encontrado em Barros: “Esta figura –que é como arêsta a que chamamos til: a qual os latinos tẽ, e séruenos por estas tres leteras. m, ue, quando se põem sobre esta letera. q, ou sobre letera uogal” (Barros, 1540, *fol.* 3v). Embora não dispusesse de uma metalinguagem específica para o tupinambá, empregando negações e afirmações descreve o til com valor diverso dos fonemas /n/ e /m/, desenvolvendo uma descrição do fenômeno

da nasalização vocálica, traço do tupinambá recorrente no português do Brasil até os dias de hoje.

O QUADRO FONOLÓGICO DO TUPINAMBÁ (GERARDI, 2023)

De acordo com Gerardi (2023), esse é o quadro fonológico do tupinambá, dividido em consoantes e em vogais:

Quadro 1. Consoantes do tupinambá

Consoantes	Bilabiais	Alveolares	Palatais	Velar	Glotal
Oclusivas surdas	p p^w p^l	t		k k^w	ʔ
Fricativas	β	s			
Nasais		n			ŋ
Vibrantes	-	-	-	-	-
Aproximantes	w	r	j		

Quadro 2. Vogais do tupinambá

Vogais	Anterior		Central		Posterior	
	Oral	Nasal	Oral	Nasal	Oral	Nasal
Alto	i	ĩ	ɨ	ɨ̃	u	ũ
Médio	e	ẽ			o	õ
Baixo			a	ã		

O quadro fonológico da língua tupinambá pode ser reconstituído de acordo com diversos documentos coloniais, através inclusive de uma análise linguística moderna, sendo a gramática de Anchieta uma das fontes historiográficas mais comuns nesse processo de reconstituição, que se iniciou com a tese de Doutorado de Aryon Rodrigues (1925-2014), defendida em Hamburgo, intitulada *Phonologie der Tupinambá-Sprache* (Rodrigues, 1958), e depois se atualizou pelos recen-

tes estudos de Gerardi (2023), também em sua tese de Doutorado defendida em Tübingen. O sistema fonológico da língua tupinambá é bem equilibrado, com uma distinção entre sons vocálicos orais e nasais, e com uma arquitetura consonantal relativamente simples, com quatorze fonemas distintos identificados. Esses fonemas combinados formavam um sistema bem funcional e suficiente para a comunicação dos povos tupinambá, língua da família tupi-guarani, que além de língua litorânea era também uma língua amazônica, se tornando um instrumento linguístico eficaz para a comunicação no contexto territorial do Brasil Colônia.

Em relação aos fonemas consonantais, o tupinambá apresenta um inventário relativamente reduzido de sons comparado com a língua portuguesa, em que Barros (1540) registrava: “uintatres letras em poder” (vinte e três letras com valor), o que significava, em termos práticos, que era mais fácil para um português aprender a língua indígena do que o contrário. Ao mesmo tempo, quando a língua portuguesa era aprendida por indígenas falantes do tupinambá, em um primeiro momento, poderia haver uma tendência à simplificação e alteração de vocábulos do português para que fossem pronunciados de acordo com os fonemas da língua tupinambá, favorecendo uma inicial crioulização da língua portuguesa no Brasil das primeiras décadas do século XVI até a chegada dos jesuítas, que transmitiam a língua já pela gramática e por práticas letradas, o que substituiu essa crioulização inicial por uma prática gramatical bilíngue.

Os fonemas consonantais do tupinambá estão distribuídos em diversas zonas de articulação: bilabial, alveolar, palatal, velar e glotal, com oclusivas surdas em posições articulatórias diversas também: /p/, /t/, /k/ e /ʔ/. Além disso, há o registro de duas variantes: a labiovelarizada /p^w/ e a palatalizada /pʲ/, que refletem uma adaptação articulatória específica do sistema de acordo com a influência de fonemas vizinhos. Registra-se também a presença de um fonema característico,

o golpe de glote /ʔ/, que é empregado como separador silábico, ou marcador prosódico, tendo sido esse fonema representado de diversos modos nos documentos coloniais (Gerardi, 2023).

As fricativas são representadas por dois fonemas: /β/ e /s/. A primeira, bilabial sonora, é um traço tipologicamente relevante, pois substitui, em muitos contextos, a fricativa labiodental /v/ das línguas europeias, inexistente no tupinambá (Gerardi, 2023). Já o fonema /s/, alveolar surdo, tem ampla distribuição e desempenha papel distintivo entre lexemas, além de contribuir para a musicalidade da língua. A ausência de fricativas palatais ou velares é compensada por variações contextuais e coarticulatórias observadas em diferentes registros históricos, o que pode ter influenciado na transmissão irregular da língua portuguesa nos primeiros aldeamentos coloniais.

No grupo das nasais, observam-se os fonemas /n/ e /ŋ/, este último de articulação velar, além da nasalidade vocálica sistemática, que constitui um dos traços mais salientes da língua, muitas vezes a glotal /ŋ/ foi interpretada como /ng/ e /nd/ na comparação com a língua portuguesa para a transcrição da língua tupinambá. A nasalização, que afeta tanto vogais quanto consoantes em posição contígua, é um processo fonológico produtivo, refletindo-se na ortografia jesuítica por meio do uso de *m* e *n* após vogais e consoantes como a notação baseada em fonemas da língua portuguesa: /mb/, por exemplo. Essa estratégia gráfica já aparece de modo intuitivo na *Arte de gramática* de Anchieta, evidenciando sua percepção da nasalidade como elemento estruturante da fonologia tupinambá (Gerardi, 2023).

Completa-se o quadro consonantal com as aproximantes /w/, /r/ e /j/. O /w/, algumas vezes grafado como /g/ por Anchieta, e o /j/ funcionam frequentemente como semivogais, participando da formação de ditongos e glides, enquanto o /r/, vibrante simples, possui realização restrita e não apresenta oposição com

uma vibrante múltipla, o que o diferencia do português. A presença desses sons confere fluidez à cadeia fônica da língua e reforça seu caráter predominantemente silábico, um aspecto que permitiu a sua descrição pelo sistema da gramática latina humanística, que dividia a língua em letras e sílabas, como as unidades dos sons da língua (Gerardi, 2023).

No domínio vocálico, o tupinambá apresenta um sistema simétrico de sete vogais orais e sete vogais nasais, distribuídas segundo as posições de altura (alta, média, baixa) e de anterioridade (anterior, central, posterior). As vogais altas /i/, /ɨ/ e /u/ possuem correspondentes nasais /ĩ/, /ĩ̃/ e /ũ/; as médias /e/ e /o/ se opõem a /ẽ/ e /õ/; e as baixas /a/ e /ã/ completam o sistema. Essa correspondência regular reflete uma oposição fonêmica de nasalidade plenamente estabelecida, que afeta o timbre e a estrutura silábica das palavras. Nesse sentido, há mais diversidade de fonemas vocálicos na língua tupinambá do que na língua portuguesa.

A presença da vogal central /ɨ/ e de sua forma nasal /ĩ̃/ é um traço fonético distintivo das línguas tupi-guarani, ausente nas línguas europeias e, portanto, de difícil percepção para os missionários do século XVI. Anchieta (1595) o descreveu como um “i. alpero” (/i/ áspero). Assim, ao descrever a vocalização tupinambá, o gramático recorreu a equivalentes aproximados do latim e do português, o que explica algumas imprecisões gráficas. No entanto, sua tentativa de registrar a nasalidade e as diferenças de altura vocálica demonstra uma notável sensibilidade auditiva para o registro fonético (Gerardi, 2023).

CAPÍTULO PRIMEIRO – DAS LETRAS: EDIÇÃO INTERPRETATIVA

Nesta seção do artigo, apresentamos uma leitura interpretativa de nossa autoria do primeiro capítulo da gramática de Anchieta. Nessa leitura, que tem o objetivo de ser didática e um instrumento para a pesquisa de historiógrafos sobre o pen-

samento linguístico do Brasil do século XVI. Desenvolvemos, desse modo, uma apresentação da teoria gramatical de Anchieta e fizemos uma tradução simplificada dos itens lexicais que estão na língua tupinambá como exemplos gramaticais do gramático.

Esse processo de tradução se desenvolveu pelo emprego de obras de tupinologia e pela interpretação na própria gramática, inclusive pelo emprego do *Dicionário de Tupi Antigo*, de Eduardo Navarro (2013). Mantivemos a grafia de Anchieta, a que acrescentamos uma ortografia simplificada, tirada dos trabalhos de Aryon Rodrigues (1958), com o objetivo de simplificar a leitura.

Vejamos o texto:

Nesta língua do Brasil não há /f/, /l/, /s/, /z/ e /rr/ dobrado, nem muda com líquida, como /cra/, /pra/ etc. No lugar do /s/ no princípio, ou no meio do vocábulo, serve o c com cedilha ç, como *açô* [a-sô] (eu vou), *çatâ* [s-atâ] (o fogo é dele).

Algumas partes da oração se acabam em til, o qual não é /m/ nem /n/, ainda que na pronúncia se diferenciem um pouco como *tĩ*, *ainupâ*, *ruâ* [tĩ a-i-nupã ruã] (eu não bato no nariz).

Não há nenhuma consoante continuada com outra no mesmo vocábulo, exceto /mb/, /nd/, /ng/, como *aimombôr*, *aimondô*, *ai-meêng* [a-i-mombor, a-i-mondó, a-i-me'eng] (eu arremesso isto, eu envio algo, eu lhe dou isto).

Acrescentando-se alguma partícula depois da última consoante em que se acaba o verbo, o que se faz no futuro do indicativo, no presente do subjuntivo, nos pretéritos imperfeitos do subjuntivo, há alguma diferença na pronúncia, e o uso de diversas partes do Brasil será o melhor mestre, porque desde os potiguares da Paraíba até os tamoios do Rio de Janeiro se pronunciam inteiros os verbos acabados em consoante, como: *apâb*, *acêm*, *apên*, *ajur* [a-páb, a-sem, a-pen, a-îur] (eu me acabo, eu saio, eu me rendo, eu venho).

E, assim, adicionadas as partículas temporais dos tempos sobreditos interpõem um /i/ áspero, como no tempo futuro /-ne/: *apâbine*,

acêmine, *apênine*, *aiùrine* [a-páb-i-ne, a-sém-i-ne, a-pén-i-ne, a-iùr-i-ne] (eu me acabarei, eu sairei, eu me renderei, eu virei).

E ainda que pareçam pronunciar *apábne* [a-páb-ne] (eu me acabarei), é pela delicadeza com que tocam o /i/, tanto que ainda no mesmo tempo presente o exprimem às vezes, como *apábi* [a-páb-i] (eu me acabo). O mesmo ocorre com [os verbos terminados em /-temó/, /-meímó/, /-mo/, /-meémo/, que se acrescentam aos outros, conforme o subjuntivo, entre outros, como em *apábitemomã* [a-páb-i temó mã] (que eu me acabe!), *apábimo* [a-páb-i-mo] (eu me acabaria) etc. E também com a interrogativa *pê* [-pé] (por acaso), como: *ereiùripê?* [ere-iùr-i-pê] (você vem, por acaso?)

Os tupis de São Vicente, que estão mais além dos tamoios do Rio de Janeiro, nunca pronunciam a última consoante no verbo afirmativo, como em lugar de *apáb* [a-péb] (eu me acabo) dizem *apá* [a-pá], em lugar de *acém* [a-sem] (eu saio), *apên* [a-pen] (eu me rendo) dizem *acê* [a-sê], *apê* [a-pê], pronunciando o til somente; em lugar de *aiùr* [a-iùr] (eu venho), dizem *aiú* [a-iú].

E assim, acrescida alguma parte das supracitadas pronunciam *apáne* [a-pá-ne] (eu me acabarei), *acéne* [a-sé-ne] (eu sairei), *apéne* [a-pé-ne] (eu me renderei), *aiúne* [a-iú-ne] (eu virei), *apátemo* [a-pá temó] (que eu me acabe), *acétemo* [a-sé temó] (que eu saía), *apámo* [a-pá-mo] (se eu me acabasse), *apámeimo* [a-pá meímó] (que eu tivesse me acabado!).

Quanto às consoantes /k/ e /g/, comumente, todos pronunciam de uma mesma maneira, interposto o /i/, como *acepiác* [a-(s)epiák] (eu vejo), *acepiácine* [a-(s)epiák-i-ne] (eu verei), *aimeng* [a-i-me'eng] (eu dou), *aiménginé* [a-i-me'eng-i-ne] (eu darei), e assim nos tempos restantes, como acima.

Nas formações com [-temó], ou [-meímó], ou [-mo] etc. mais parece que ocorre, particularmente, a contração de /k/ e /g/, como *acepiác temo* [a-(s)epiák temó] (que eu veja), *aiméngmeímo* [a-i-me'eng meímó] (que eu tivesse dado).

Mas o uso mais universal, principalmente em verbos compostos com outros verbos, ou advérbios etc. é tirar-se a última consoante do primeiro verbo, como *acepiác* [a-(s)epiák] (eu vejo), *aiopotár* [a-i-potár] (eu quero), composto *acepiápotár* [a-(s)epiá-potár] (eu quero

ver), e *aimeêng* [a-i-me'eng] (eu dou), *aicuâb* [a-i-kuáb] (eu sei), composto *aimeêncuâb* [a-i-me'en-kuáb] (eu sei dar).

Com advérbio:

acepiác catú [a-(s)epiák katú] (eu vejo bem), composto *acepiácátú* [a-(s)epiákatú] (eu vejo bem); *aimonhâng memoa* [a-i-monhang memûã] (eu faço mal), composto *aimonhã memoa* [a-i-monhã-memûã] (eu faço mal), e assim nas consoantes restantes, /b/, /m/, /n/, /r/, como supracitado, *apâcatú* [a-pá-katú] (eu me acabo bem). *acêgatú* [a-sé-gatú], *apêgatú* [a-pê-gatú] (eu me rendo bem), *aiúcatú* [a-iú-katú] (eu venho bem).

Nomes com a posposição *pê* [-pé] (em):

A mesma combinação se evita em nomes que têm o acento na penúltima sílaba com a posposição *pê* [-pé] que quer dizer “em”, os quais perdem a última vogal como *ôca* [ók-a], casa, *ôcipe* [ók-i-pe] em casa.

Esse /i/ áspero, ainda que se ache escrito /e/, ou /u/ é o mesmo, porque pela dificuldade que há na pronúncia dele, o que mais se enxerga, principalmente nos que são naturais é /e/ ou /u/, como *ocâ* [ok-â] (casa), *ocupe* [ók-u-pe] (em casa), em lugar de *ôcipe* [ók-i-pe] (em casa); *ânga* [âng-a] (sombra), *ângeme* [âng-e-me] (na sombra), em lugar de *ângime* [âng-i-me]; *acepiác* [a-(s)epiák] (eu vejo), *cepiáceme* [(s)epiák-e-me] (na visão), em lugar de *cepiácime* [(s)epiák-i-me].

COMENTÁRIOS

O primeiro capítulo “Das Letras”, da *Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil* de Anchieta, registra um testemunho de como os sons da língua tupinambá eram percebidos em contraste com a língua portuguesa, a fim de que se adotasse um sistema de escrita para transcrever a língua. O objetivo da gramática parece ser registrar os sons e ensiná-los a novos missionários, logo era uma gramática que tinha em sua “rede de usuários” (Swiggers, 2019), leitores que possuíam conhecimento linguístico de gramáticas escritas em língua portuguesa. Assim, como foi editada em Coimbra, mui-

to possivelmente, a obra era destinada à formação no Colégio das Artes, e mesmo na universidade, e aos demais centros de formação do Brasil Colônia, sob a administração jesuítica. Não era uma gramática destinada aos povos originários, mas poderia servir como instrumento auxiliar à catequese e à alfabetização de meninos indígenas.

Os traços mais marcantes, que se percebe como foram descritos gramaticalmente por Anchieta, diferenciam a língua tupinambá da língua portuguesa em seu sistema fonológico, como: a nasalidade, a ausência de certos fonemas do português e algumas regras específicas para mudanças de fonemas, o que os gramáticos latinos compreendiam como “*metaplasmi*” (metaplasmos) em sua metalinguagem (Auroux, 1992). Logo no início do capítulo, Anchieta registra a ausência dos fonemas /f/, /l/, /s/, /z/ e /R/ na língua tupinambá. Essa constatação é significativa porque indica uma fonologia sem fricativas alveolares sonoras e sem líquidas laterais, contrastando fortemente com o português (Gerardi, 2023). Ele nota ainda que não há grupos consonantais como /cr/ e /pr/, típicos das línguas indo-europeias, o que confirma a tendência do tupinambá a evitar encontros consonantais, um fenômeno que a linguística moderna reconhece como uma característica estrutural das línguas tupi-guarani em seu vocalismo e pode ter afetado a transmissão da língua portuguesa ao Brasil nesse período inicial.

Anchieta observa, contudo, que o som /s/ é substituído graficamente pelo “ç” (c-cedilha) em posição inicial ou medial, como em *açô* (eu vou) e *çatâ* (o fogo é dele). Esse uso revela uma tentativa de representar um som alveolar surdo que não coincidia plenamente com o /s/ português, mas que, auditivamente, lhe parecia próximo, ou um som intermediário como vimos. A escolha do “ç” é um exemplo do esforço de adaptação gráfica e fonética diante de um sistema fonológico que esca-

pava às convenções latinas, mas que deveria seguir a escrita em língua portuguesa para se gramatizar, de acordo com o pensamento linguístico de Anchieta, contextualizado no processo de colonização linguística.

Outro ponto importante em sua descrição gramatical é a explicação da nasalidade, marcada por um “til” que “não é /m/ nem /n/”. Anchieta percebe que o traço nasal no tupinambá não está restrito às consoantes, mas atinge as vogais, funcionando como traço distintivo, isto é, possuem valor linguístico na estrutura gramatical da língua tupinambá. Ao escrever palavras como *tĩ*, *ainu-pã*, *ruã*, ele antecipa, de maneira empírica, a noção moderna de vogais nasais, um dos pilares do sistema fonológico tupinambá (Gerardi, 2023). Essa observação é digna de relevo para os linguistas atuais, pois demonstra que o missionário compreendeu o valor fonêmico da nasalização, e não apenas sua natureza articulatória, pois era antes uma característica do sistema.

Anchieta também registra que não há consoantes geminadas ou encontros consonantais internos, salvo nos grupos /mb/, /nd/ e /ng/, como em *aimombor*, *aimondó*, *aime'eng*. Esses agrupamentos representam, na verdade, consoantes pré-nasalizadas, um traço comum às línguas tupi-guarani, mas que deveria ser representada pelo sistema ortográfico latino-português da época do missionário, que demonstra também como os colonizadores portugueses falavam a língua tupinambá, o seu acento e sotaque (Gerardi, 2023). Sua identificação mostra que o gramático reconheceu padrões articulatórios complexos, embora ainda os tratasse com a terminologia latina de “duas consoantes juntas”, mostrando como a língua portuguesa pode também ter alterado a língua tupinambá no contato linguístico.

Outro fenômeno interessante descrito, na sequência da gramática, é a inserção de uma vogal epentética /i/ em contextos morfofonológicos, especialmente quando partículas são acrescentadas a verbos terminados em consoan

te, outro traço característico do vocalismo da língua tupinambá. Anchieta percebe que o /i/ “áspero” surge para suavizar a transição entre morfemas, como em *apábine* (eu me acabarei) e *acêmine* (eu sairei). Trata-se de um processo de “harmonia silábica” por eufonia, que impede a ocorrência de encontros consonantais pela fonotática da língua indígena (Gerardi, 2023). O gramático chega a notar que esse /i/ pode ser muito breve, às vezes quase imperceptível, o que demonstra uma observação empírica refinada da prosódia indígena, em uma pesquisa de campo para a elaboração da gramática.

As variações dialetais também são registradas, sobretudo as variações diatópicas. Anchieta menciona que os tupis de São Vicente omitem a consoante final dos verbos, dizendo *apâ* por *apâb*, ou *aiû* por *aiûr*. Essa observação tem grande valor histórico, pois constitui um dos primeiros registros de variação linguística no território brasileiro, refletindo diferenças regionais já no século XVI. Essa supressão de consoante final pode ser interpretada como uma tendência à abertura silábica, coerente com o padrão CV predominante no tupinambá. Nesse sentido, a variação tupi(-niquim) de São Vicente mostra uma tendência a inovações em uma comunidade de falantes da língua tupinambá.

Outro ponto notável é a percepção do gramático sobre os sons /k/ e /g/, que, segundo ele, “comumente se pronunciam de uma mesma maneira”, o que denota talvez serem o mesmo fonema, como no quadro de Gerardi (2023). Tal observação pode indicar ausência de oposição fonêmica entre as duas oclusivas velares, ou um processo de neutralização condicionado pelo contexto vocálico. A presença do /i/ entre radicais e sufixos, como em *aime’enginé* (eu darei), reforça novamente o papel da vogal epentética na estruturação silábica e morfológica da língua, caracterizada por seu vocalismo e nasalização.

Anchieta ainda descreve fenômenos de composição lexical e prosódica, observando que, em compostos verbais ou adverbiais, a última consoante do primeiro verbo tende a desaparecer, como em *acepiâc* (eu vejo) e *aipotâr* (eu quero), formando *acepiâpotâr* (eu quero ver). Esse processo de elisão consonantal demonstra uma percepção sensível do jesuíta à fluidez e à economia articulatória do tupinambá, e sugere um padrão de simplificação fonológica nas junções morfológicas.

Por fim, ao tratar da posposição *pê* (em), Anchieta explica a variação vocálica e a alternância entre /i/, /e/ e /u/ na formação de palavras como *ôcipe*, *ocupe* e *ângeme*. O missionário compreende que há uma oscilação perceptiva entre essas vogais médias e altas, o que hoje pode ser interpretado como um reflexo das vogais centrais e semifechadas do sistema tupinambá (Gerardi, 2023). A menção de Anchieta ao “i áspero” demonstra uma percepção inovadora de um timbre vocálico intermediário, uma representação do /i/ central alto característico das línguas tupi-guarani, como supracitado. O qualificador áspero é registrado na gramática de João de Barros (1540).

O capítulo “Das Letras”, portanto, é mais do que uma lista de sons, é também uma descrição fonológica pioneira, construída por meio de comparação, observação empírica e adaptação terminológica. Anchieta não apenas registra as diferenças sonoras entre o português e o tupinambá, mas propõe um sistema de ortografia para a escrita na língua indígena, o que permite que os povos originários tivessem acesso às duas tecnologias da gramatização de sua época: o acesso a textos e à gramática. Sua análise antecipa, de modo intuitivo, conceitos modernos da fonologia como nasalidade vocálica, epêntese, harmonia silábica e variação dialetal, fazendo da *Arte de gramática* uma das obras fundadoras da linguística descritiva no Brasil.

CONCLUSÃO

A título de conclusão, o capítulo “Das Letras” da *Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil* constitui um marco inaugural do pensamento linguístico no Brasil, pela descrição fonológica do tupinambá pioneira feita por Anchieta, com o intuito de trazer a língua indígena para a escrita gramatizada em língua portuguesa. A partir de uma metalinguagem latino-portuguesa, José de Anchieta procurou compreender e representar sons distintos dos das línguas europeias, demonstrando uma sensibilidade perceptiva e um trabalho de adaptação da teoria linguística de sua época. Sua observação da ausência de certos fonemas como /f/, /l/, /s/, /z/ e /R/, bem como da inexistência de encontros consonantais típicos das línguas indo-europeias, revela um olhar atento à estrutura silábica simples e harmônica do tupinambá.

A identificação da nasalidade vocálica como traço distintivo e a constatação da presença de consoantes pré-nasalizadas mostram uma compreensão empírica de fenômenos fonológicos complexos, que só seriam conceituados pela linguística séculos depois. O reconhecimento do /i/ epentético como elemento articulatorio e morfofonológico demonstra, ainda, sua percepção das regras de eufonia e de estrutura silábica próprias da língua.

Além disso, a atenção às variações dialetais entre os tupis de São Vicente e os tamoios do Rio de Janeiro indica uma antecipação de estudos sobre a diversidade linguística indígena. Anchieta não apenas descreveu sons, mas também percebeu as regularidades fonológicas e os padrões de variação que regiam o uso da língua no território colonial.

Desse modo, o capítulo “Das Letras” demonstra mais do que um simples inventário fonético. Pois, neste capítulo o gramático revela um processo

de observação e sistematização que antecipa métodos descritivos da linguística moderna, o que transforma a obra gramatical de Anchieta em um documento fundacional da historiografia linguística brasileira. Sua gramática, ao mesmo tempo catequética e humanística, evidencia a diversidade fonológica do tupinambá e preserva, nas páginas do século XVI, a primeira tentativa de compreender a sonoridade das línguas indígenas do Brasil como sistemas gramaticais legítimos e estruturados.

REFERÊNCIAS

ANCHIETA, José de. **Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil**. Coimbra: António de Mariz, 1595.

ANCHIETA, José de. **Artes de gramática da língua mais usada na costa do Brasil**. São Paulo: Loyola, 1990 [1595].

AUROUX, Sylvain. **A revolução tecnológica da gramatização**. Tradução de Eni Orlandi. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

BARROS, João de. **Gramática da língua portuguesa**. Lisboa: Lodovicum Rotorigium, 1540. Disponível em: http://ctlf.ens-lyon.fr/textes/3302_por_Barros_01_1540_T01.htm. Acesso em 17 nov. 2025.

GERARDI, Fabrício. **A role and reference grammar description of Tupinambá**. Tübingen: Tübingen Library Publishing, 2023.

KALTNER, Leonardo. **O pensamento linguístico de Anchieta e de Carl von Martius: estudos historiográficos**. Ponta Grossa: Atena Editora, 2020.

MARIANI, Bethania. **Colonização linguística**. Campinas: Pontes, 2004.

NAVARRO, Eduardo de Almeida. **Dicionário de Tupi Antigo**. São Paulo: Global, 2013.

RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. **Phonologie der Tupinambá-Sprache**. 1958. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Filosofia, Universidade de Hamburgo, 1958.



SWIGGERS, Pierre. Historiografia da Linguística: princípios, perspectivas e problemas. *In*: BATISTA, Ronaldo *et al.* **Historiografia da Linguística**. São Paulo: Contexto, 2019, p. 45-80.

ZWARTJES, Otto. **Portuguese Missionary Grammars in Asia, Africa and Brazil, 1550–1800**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2011.